

3

Pressupostos teórico-metodológicos

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam a descrição das orações em foco, bem como a metodologia adotada, tornando o trabalho coerente com a língua em uso. Assim, esta seção está subdividida em cinco partes. Na primeira delas, trata-se dos princípios teóricos gerais e dos principais conceitos da visão funcionalista da linguagem; na segunda, são expostos conceitos da Linguística Sistemico-Funcional desenvolvida por Halliday (1994); na terceira, são apresentados alguns dos principais conceitos da pragmática e dos estudos interculturais realizados por Wierzbicka (1991) que são importantes para este trabalho; na quarta, trata-se dos conceitos da análise; e, por fim, na última parte, explica-se a metodologia adotada.

Uniram-se os aspectos teóricos aos metodológicos em uma só seção tendo em vista a ligação intrínseca que existe entre os conceitos teóricos e o método de análise dos dados.

3.1

A teoria funcionalista de linguagem

O funcionalismo, teoria que investiga a linguagem do ponto de vista de sua função comunicativa, originou-se em pensadores como Georg von der Gabelentz (1840-1893), Hermann Paul (1846-1921), William Dwight Whitney (1827-1894) e Henri Weil (1818-1909), que atuavam antes de Saussure; em Bronisław Kasper Malinowski (1884 - 1942) e em John Rupert Firth (1890-1960), dentre outros teóricos, em cujas ideias encontra-se o embrião de aspectos teóricos desenvolvidos posteriormente nessa teoria, tais como a concepção de língua como comunicação, cujo uso é motivado pelo propósito comunicativo; a noção de contexto situacional e sua relação com os usos linguísticos; a noção sistêmica de língua, conjunto de itens disponíveis para a escolha dos usuário tendo em vista seus objetivos comunicativos, dentre outros.

Dada a diversidade de modelos teóricos linguísticos ditos funcionalistas, é difícil uma caracterização precisa dessa abordagem; apesar disso, há quatro posições teóricas mapeáveis em relação à natureza da linguagem e à sua

investigação em todas as teorias linguísticas funcionalistas, a saber: (i) a linguagem é um instrumento de comunicação e interação social; (ii) ela é organizada funcionalmente, sofrendo influências relativas a mudanças e variações linguísticas e à interação social e cultural; (iii) na análise linguística, não há separação entre sistema e uso; e (iv) o objeto de estudos é o uso real, a competência comunicativa. Neves (2004, p. 2) explica que Martinet (1978) sintetiza o pensamento fundamental das teorias funcionalistas ao dizer que o objeto de investigação da linguística é a caracterização do modo como as pessoas conseguem se comunicar pela língua, isto é, a caracterização da *competência comunicativa*, visto que a língua funciona como um instrumento de comunicação da experiência humana. A autora lembra que a competência comunicativa é atribuída a Hymes (1974), que "propunha acrescentar ao processo tradicional de descrição gramatical a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem" (2004, p.15).

A definição de linguagem existente no funcionalismo é, portanto, operacional, estando ligada à sua função primária, à comunicativa. Basicamente, o funcionalismo busca investigar como se dá a comunicação humana, tendo em vista as intenções comunicativas dos usuários, os seus papéis sociais, seu estatuto dentro da interação, o contexto comunicativo e os efeitos dos usos linguísticos.

Um modelo de comunicação muito conhecido dentro da teoria funcionalista é o desenvolvido por Dik. Neves (2004) explica que, para Dik (1989a), a língua, sendo um instrumento de interação social entre os seres humanos, tem o objetivo principal de "estabelecer relações comunicativas entre os usuários" (p.19). Em seu modelo de interação verbal, a língua não estabelece a comunicação, mas *medeia* a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, pois as informações linguísticas interagem com as informações prévias que falante e ouvinte possuem, não sendo, então, determinantes para a comunicação.

Para o teórico, a linguística precisa investigar os dois sistemas que regem a interação linguística: o sistema verbal e o sistema pragmático. Enquanto o sistema verbal é composto pelas regras de interação verbal que governam a constituição das expressões linguísticas (as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas), o sistema pragmático é constituído pelas regras que governam os padrões de interação verbal no qual essas expressões são usadas (regras pragmáticas). As regras linguísticas são, portanto, instrumentais em relação aos

objetivos comunicativos. Elas existem não em função do sistema linguístico, mas dos propósitos comunicativos.

Nesta abordagem, a gramática funcional (GF) é concebida como um conjunto de unidades linguísticas organizado paradigmática e sintagmaticamente, as quais são escolhidas pelo falante de acordo com o seus objetivos comunicativos. A GF leva em conta a capacidade de os indivíduos usarem e interpretarem as expressões linguísticas satisfatoriamente dentro do contexto de interação. Neves esclarece que, por dar conta da sistematicidade e da funcionalidade da língua, a GF está em uma posição intermediária entre as abordagens que dão conta apenas da sistematicidade ou apenas da instrumentalidade da língua.

Com relação aos componentes gramaticais, assume-se, no funcionalismo, a existência de interação entre eles e a preponderância do componente pragmático, considerado, na maioria dos modelos, o regedor dos componentes semântico, sintático, morfológico e fonológico. A GF é, assim, estruturada internamente como um organismo de subsistemas relacionados e organizados hierarquicamente (Givón, 1984 apud Neves, 2004). Admite-se também, em muitos dos estudos funcionalistas, a existência de um componente discursivo e de sua interferência no componente gramatical, reconhecendo-se a incorporação da pragmática na gramática. Esta abordagem oferece, portanto, uma solução para o problema da desconsideração do contexto social na interação linguística, presente em vertentes anteriores.

3.2

A linguística sistêmico-funcional

Dentre as tendências funcionalistas mais representativas dessa abordagem, optou-se pela linguística sistêmico-funcional (LSF), desenvolvida a partir dos estudos de Michael Alexander Kirkwood Halliday (1925) nas décadas de 50 e 60, em recusa às ideias do gerativismo, em grande repercussão na época. Segundo o linguista britânico, a língua é como é por causa das funções que desempenha: "A natureza da língua está intimamente relacionada com as necessidades que lhe impomos, com as funções que deve servir" (Halliday, 1970 apud Gouveia, 2009,

p. 14). Sendo assim, esta teoria parte do pressuposto básico de que a estrutura das línguas é motivada pelos usos; por consequência, a análise linguística deve considerar estrutura e usos.

Duas noções centrais para a LSF são *sistema e função*. A LSF é uma teoria *sistêmica* por conceber a linguagem como um potencial de significados, uma rede de sistemas interdependentes, com escolhas disponíveis às quais os usuários recorrem para produzir significados; ao passo que é *funcional* por compreender que a linguagem cria os diferentes significados em relação às funções básicas da linguagem em diferentes contextos sociais. Segundo Neves (2004, p. 60), a gramática sistêmico-funcional é "(...) o mecanismo linguístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1973, p. 364)". Assim, a gramática "organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua" (Halliday, 1973b, p. 365).

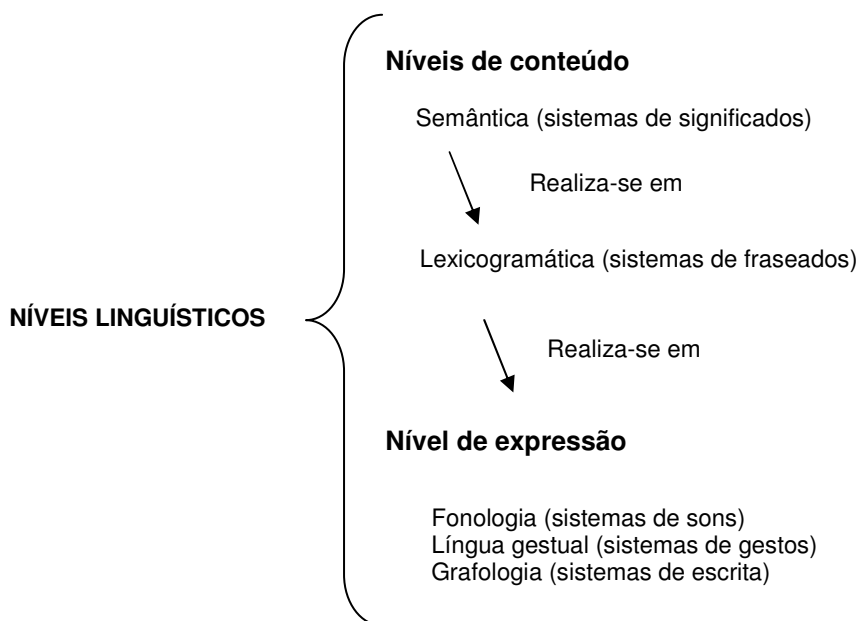
Dessa forma, uma das características centrais dessa teoria é a recusa por descrições meramente estruturais, que não levem em conta o sistema linguístico e as suas funções. Por isso, essa abordagem

propõe que se olhe tanto para o sistema da língua como para as suas funções em simultâneo, a partir do princípio fundamental de que a forma particular assumida pelo sistema gramatical de uma língua está intimamente relacionada com as necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir (Gouveia, 2009, p. 15).

Na LSF, portanto, compreende-se que a estrutura linguística é, pelo menos em grande parte, motivada em relação a pressões de fatores extralinguísticos.

Então, na LSF, a linguagem é um potencial de significação, que se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas, correspondentes a certas funções básicas da linguagem. O sistema é organizado em estratos organizacionais, ou níveis organizacionais, nos quais estão disponíveis as escolhas linguísticas. Contrariamente à divisão tradicional, opõe-se a uma repartição do sistema em nível morfológico, lexical, sintático e fonológico e propõem-se apenas dois níveis linguísticos, o nível de conteúdo e o nível de expressão, com suas estratificações. O diagrama a seguir apresenta essa organização.

Figura 1: Estratos organizacionais da linguagem



(Figura adaptada de Gouveia, 2009, p. 24)

Na Figura 1, é possível visualizar como se dá a ligação dos estratos em um evento comunicativo. O significado que o usuário quer produzir é realizado na lexicogramática, que possui os sistemas de fraseados e que se constitui pelas combinações de unidades lexicais e gramaticais na estrutura frasal; esse estrato é instanciado (corporificado) pelos sistemas de sons, de escrita ou de gestos. O esquema organizacional também mostra que a LSF é um modelo de base semântica, pois se inicia no significado e termina na expressão linguística.

Neves (2004) explica que, segundo Halliday, a linguagem é um sistema semântico e que essa afirmação não tem relação apenas com os significados das palavras, mas com "todo o sistema de significados da língua" (p.73). Dessa forma, a linguagem se estrutura para construir três tipos de significados: o *ideacional*, que se refere ao relato das experiências do mundo interno e externo; o *interpessoal*, que diz respeito ao estabelecimento de relações entre os participantes de uma interação, e o *textual*, que se refere à organização da mensagem num evento comunicativo (Fuzer e Cabral, 2014).

Os significados ideacional, interpessoal e textual, no momento em que a linguagem é usada, assumem as três funções fundamentais da linguagem, que são

denominadas *metafunção*. A *metafunção ideacional* codifica significados relativos à experiência que o falante tem do mundo real ou de seu mundo interior. Diz respeito também ao conteúdo do que é dito, à interpretação, à percepção e à expressão da experiência sobre os processos do mundo exterior e sobre processos cognitivos. A *metafunção interpessoal* codifica significados referentes aos usos da linguagem feitos para interagir com os participantes de uma situação comunicativa num dado evento de fala. A *metafunção textual* diz respeito à organização lógica do texto em unidades linguísticas que fazem sentido para falante e ouvinte, ou seja, refere-se ao uso de elementos coesivos que identificam relações nas orações, permitindo, assim, a criação de textos. Ela é instrumental em relação às duas metafunções anteriores, sem a qual elas não se realizam.

Os significados codificados através dessas funções e as escolhas que delas decorrem são realizados através de *textos*. Na LSF, a língua é tanto um sistema, um potencial de significados, como um conjunto de textos, a instanciación¹ dessa potencialidade, sendo os textos, por isso, a porta de entrada para o sistema. Entretanto, a unidade central de descrição da LSF é a *oração*, por nela ocorrer o processamento lexicogramatical (Gouveia, 2009, pp. 19-20). Outra noção importante é a de que a oração é uma *unidade gramatical plurifuncional*, pois essa unidade integra, simultaneamente, os significados referentes às funções ideacional, interpessoal e textual, o que permite a visão de cada componente do ponto de vista de cada um desses três significados (Fuzer e Cabral, 2014, pp. 34-35). Neves (2004) expõe, com relação à codificação dos significados nas orações, que

Não é possível perguntar o que cada elemento significa isoladamente, e o significado é codificado no enunciado como um todo integrado: a escolha de um item pode significar uma coisa; seu lugar no sintagma, outra; sua combinação com outro elemento, outra; sua organização interna, outra, ainda (2004, p. 74).

As escolhas linguísticas feitas pelos falantes devem considerar um conjunto de variáveis relativas ao *contexto*. A noção de contexto, herdada de Malinowski (Neves, 2004, pp. 58-59), é fundamental na LSF, pois a realização de todo texto acontece, em primeiro nível, dentro do *contexto de situação* e, em segundo nível, dentro do *contexto de cultura*. O contexto de situação refere-se ao

¹ Instanciación, na perspectiva sistêmico-funcional, é definida como os resultados das escolhas que os falantes fazem no sistema linguístico – que é um potencial de significados (Halliday, 2004, apud Gouveia, 2009).

entorno mais imediato em que o texto, oral ou escrito, está inserido. Por sua vez, o contexto de cultura relaciona-se com práticas mais amplas, ligadas a países e grupos étnicos, compreendendo o arcabouço cultural relativo aos participantes e às práticas em que estão envolvidos. Por vezes, o contexto de situação não é suficiente para o entendimento adequado de um texto, razão pela qual é preciso ter conhecimento do contexto de cultura.

Os contextos de situação e de cultura entram na estratificação da linguagem como níveis extralinguísticos, cuja manifestação se dá nos níveis linguísticos (nível da expressão e nível do conteúdo), conforme mostra a Figura 2 a seguir, extraída de Gouveia (2009).

Figura 2: Estratos linguísticos e extralinguísticos



(Gouveia, 2009, p. 26)

Da noção de contexto decorre que os significados codificados na língua são determinados por fatores contextuais. O registro e o gênero, dois desses

fatores contemplados pela LSF, correspondem a dois planos de realização do texto, como esclarece Eggins e Martin (apud Gouveia, 2009):

Os termos registro (contexto de situação) e gênero (contexto cultural) identificam as duas camadas do contexto que têm um impacto no texto, e são, portanto, as duas principais dimensões de variação entre textos. Na abordagem aqui enunciada, as variações de registro e de gênero são dois planos realizacionais numa visão semiótica do texto. Tal visão é inerentemente dialógica e interativa: o texto é tanto a realização de tipos de contextos quanto a demonstração do que é relevante para os membros culturais em determinadas situações (Eggins e Martin, 1997, p. 251, apud Gouveia, 2009, pp. 26-27)

O *gênero*, relacionado ao contexto cultural, diz respeito ao modo de usar a linguagem em atividades socioculturais estabelecidas para alcançar objetivos sociais e comunicativos previamente definidos. O registro, ligado ao contexto de situação, refere-se à variação linguística (ou à configuração de recursos linguísticos) que ocorre em virtude do contexto de situação, variação caracterizada por três dimensões (ou variáveis): *campo*, dimensão referente à atividade realizada pelos participantes e ao assunto tratado pelo texto; *relações*, dimensão que diz respeito a fatores relacionados ao *status* dos participantes, mais especificamente, aos papéis que desempenham os participantes, à relação entre eles (hierárquica ou não), à distância social e ao grau de formalidade (mínima, média ou máxima, a depender da frequência com que interagem); e *modo*, dimensão que se refere à organização textual e, também, ao papel da linguagem (constitutivo ou auxiliar/suplementar), ao compartilhamento entre os participantes (dialógico ou monológico), ao canal (gráfico ou fônico) e ao meio (oral com ou sem contato visual, escrito e/ou não verbal) (Fuzer e Cabral, 2014, pp. 30-31). Cada uma dessas três dimensões corresponde às três metafunções da linguagem e é assim representada em Gouveia (2009).

Tabela 1: As variáveis de registro e sua relação com as metafunções da linguagem

Descrição	Variáveis de registro	Metafunção
A ação social, o assunto sobre que se fala, a natureza da ação	Campo	Ideacional
A estrutura de papéis, as pessoas e suas relações na situação de comunicação	Relações	Interpessoal
A organização simbólica, o canal (fala ou escrita) e o modo retórico da mensagem	Modo	Textual

(Gouveia, 2009, p. 28)

A noção de contexto é importante porque pressupõe sua influência na realização dos significados linguísticos. Outra noção importante dentro dessa abordagem é a noção de realização direta ou indireta dos significados ideacional e interpessoal. Estes significados podem ser realizados de forma congruente, através de escolhas mais esperadas, ou de forma metafórica, através de escolhas menos óbvias. Quando um significado é realizado através de uma forma menos esperada, ocorre o fenômeno denominado *metáfora gramatical*.

3.2.1

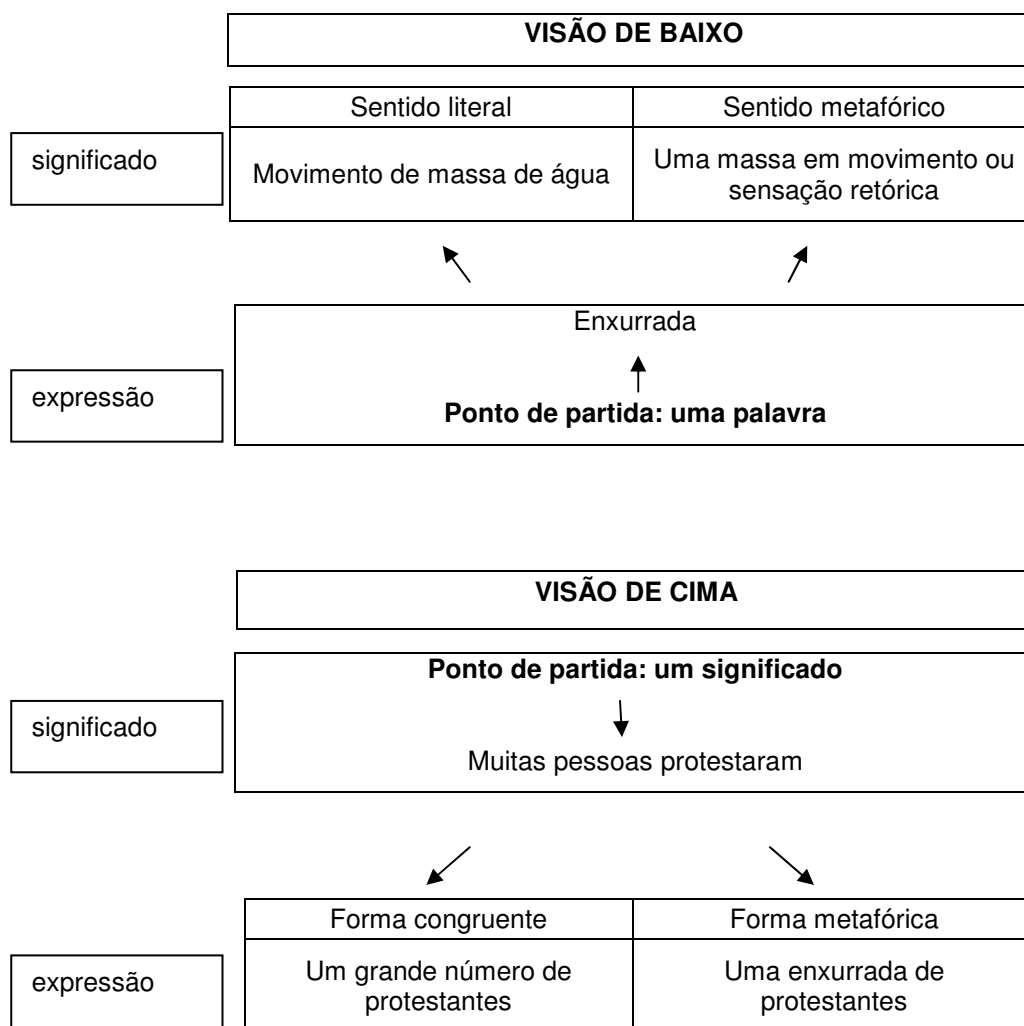
Metáfora gramatical

Halliday (1994) desenvolve o conceito de metáfora baseado no conceito tradicional de metáfora como figura de linguagem; porém, devido à noção sistêmica desse fenômeno, amplia o conceito tradicional. Na perspectiva tradicional, a metáfora é vista como a variação do significado de uma palavra. Na perspectiva da LSF, a *metáfora gramatical* é definida como *a variação na expressão de significados*, ou seja, a metáfora gramatical é entendida como formas diferentes existentes no sistema para expressar o mesmo significado. Como esclarece Halliday,

A metáfora é geralmente descrita como uma variação no uso das palavras: diz-se que uma palavra é usada com um significado transferido. Aqui, no entanto, estamos olhando para esta questão de outro modo, não perguntando "como esta palavra é usada?" mas "como este significado é expresso?". Um significado pode ser realizado por uma variedade de palavras que são diferentes daquelas que são em algum sentido típicas ou não marcadas. Nesse sentido, a metáfora é uma variação na expressão de significados² (Halliday, 1994, p. 341).

A diferença entre uma perspectiva e outra é definida por Halliday como visão de baixo (*view from below*), cujo ponto de partida é a palavra, e visão de cima (*view from above*), cujo ponto de partida é o significado. A figura abaixo, adaptada de Taverniers (2003), representa as diferentes perspectivas:

² Todas as traduções deste trabalho foram realizadas pela autora.

Figura 3: Metáfora gramatical - duas perspectivas diferentes

(Adaptado de Taveniers, 2003, p.3)

Na Figura 3, apresenta-se a diferença entre as duas perspectivas. A visão de baixo representa a visão tradicional de metáfora. O ponto inicial é a palavra 'enxurrada', que apresenta dois significados, um literal, '*Movimento de massa de água*', e um metafórico, '*Uma massa em movimento ou sensação retórica*'. A visão de cima representa a visão sistêmica do fenômeno. O ponto de partida é o significado da oração '*Muitas pessoas protestaram*'. Esse significado pode ser expresso de duas formas diferentes, uma forma mais congruente: '*Um grande número de protestantes*'; e outra, mais metafórica: '*Uma enxurrada de protestantes*'.

Com relação às formas metafóricas e congruentes, pode ser observado que, no ensino de PLE, a dificuldade do aprendiz ocorre com as formas congruentes e metafóricas, pois é difícil para ele associar as formas metafóricas às congruentes.

A noção de *congruência*, dessa forma, é importante e complementa o conceito de metáfora gramatical. A oposição literal x metafórico perde sentido dentro dessa teoria, porque ela não trata de significados diferentes de uma mesma palavra, mas de formas mais ou menos metafóricas para expressar um significado, em um contínuo de congruência. As formas menos metafóricas são denominadas *realizações congruentes*. Assim, uma expressão metafórica e uma expressão congruente seriam dois extremos desse contínuo, como esclarece Taverniers:

Diversos tipos de configurações [de significados] podem ser comparados como expressões de um mesmo significado. Isso significa que, enquanto há na perspectiva tradicional uma simples oposição entre literal e metafórico, há agora uma *escala de congruência*: algumas expressões são realizações típicas de um dado significado, e são definidas como congruentes; outras são mais ou menos incongruentes, se comparadas com realizações congruentes (Taverniers, 2003, p. 4).

Cabe lembrar que uma expressão congruente é definida por Halliday como a forma de dizer mais típica ou a forma de dizer não-marcada e, ainda, aquela que desempenha a função intrínseca dentro do sistema. Entretanto, é difícil definir o que é congruente. Tomando como exemplo a nominalização, considerada uma metáfora gramatical, nota-se que é a forma mais habitual no gênero acadêmico, mas não em toda a linguagem. Então, tendo em conta que a linguagem está ligada a registro e a gêneros específicos, com suas formas apropriadas de expressão, considera-se neste trabalho que não há escolhas congruentes válidas para todo o sistema e que uma escolha linguística deve ser considerada congruente ou metafórica de acordo com o registro e o gênero em que se situa (Sardinha, 2007, pp. 54-55).

É necessário, ainda, esclarecer que as diferentes escolhas no sistema resultam na criação de diferentes significados, conforme explica Ravelli (apud Taverniers, 2003):

Não é exatamente certo dizer que duas realizações lexicogramaticais alternativas (uma congruente e outra metafórica) têm 'o mesmo significado'. Ao contrário, a forma incongruente "tem um efeito que repercute na semântica" (Ravelli, 1988: 137, cp. 1999: 104), e isso especialmente porque uma expressão metafórica pode selecionar ou omitir diferentes aspectos do significado que é realizado por uma expressão congruente equivalente. Em geral, Ravelli afirma: "cada expressão, portanto, compartilha algum conteúdo semântico que se difere em detalhes" (1988: 137) (Taverniers, 2003, p. 20).

Como se pode ver, a partir da citação de Taverniers, Ravelli acredita que o processo metafórico envolve uma variação semântica das estruturas metafóricas. Isto é, uma expressão congruente e outra, derivada desta, metafórica, têm alguma diferença de significado. Nesse sentido, pode afirmar-se que as estruturas metafóricas tendem a ser usadas em virtude de suas particularidades semânticas ausentes na estrutura congruente. A esse respeito, Thompson (1996, pp. 165-166) observa que, embora se fale em forma metafórica e congruente de expressão de um mesmo significado, na abordagem funcionalista não há uma separação entre expressão e significado, já que a expressão *é* o significado. Dessa forma, a escolha de uma instanciiação mais metafórica constrói um significado diferente da escolha de uma instanciiação mais congruente.

Ainda com relação aos modos de expressão de um significado na abordagem funcionalista, Thompson (1996) declara que as realizações metafóricas não são melhores ou piores do que as congruentes, pois ambas as realizações exercem funções diferentes. Conforme afirma o autor:

Há muitos fatores influenciando a medida que um fraseado metafórico de um tipo específico pode ser preferido em contextos particulares: em certos registros, como a escrita científica, a 'objetivação' metafórica [...] tende a ser muito valorizada, enquanto em outros, tais como nas narrativas orais, não é. Por outro lado, nas narrativas orais, certos tipos de metáforas interpessoais são tão usadas que raramente aparecerão na escrita científica (Thompson, 1996, p. 166).

Sendo assim, os modos de realização de um significado estão ligados ao tipo de discurso, razão pela qual desempenham papéis diferentes e assumem sentidos distintos.

3.2.2

Metáfora ideacional e metáfora interpessoal

A metáfora gramatical ocorre quando há a transformação de uma forma congruente, mais esperada, em uma forma metafórica, menos esperada dentro de um contexto específico. Ela pode ser realizada em dois níveis de linguagem, no nível ideacional e no nível interpessoal. A metáfora que ocorre no primeiro nível é denominada metáfora ideacional ou metáfora de transitividade. Já a metáfora que

ocorre no segundo nível é chamada de metáfora interpessoal e subdivide-se em dois tipos, metáfora de modalidade e metáfora de modo.

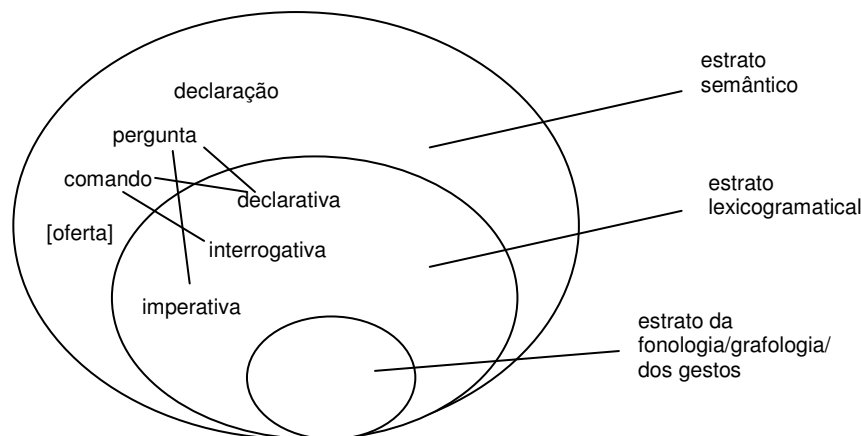
A *metáfora ideacional* se dá em transformações realizadas no sistema de transitividade, sistema que dá conta da construção da experiência em termos de configuração de processos, participantes e circunstâncias. Nesse sistema, em que as funções das classes de palavras são codificadas, a função dos substantivos é representar os participantes; a do verbo, os processos; a do adjetivo, as qualidades; e a da conjunção, as relações lógicas. A escolha de um substantivo para expressar um processo verbal, uma qualidade ou uma relação lógica, por exemplo, provoca uma *tensão* entre o estrato semântico e o estrato lexicogramatical, originando uma metáfora gramatical do tipo ideacional, pois a classe gramatical substantivo tem a função original de expressar participantes. Ao contrário, quando o substantivo expressa apenas um participante, há *harmonia* entre os estratos linguísticos, ocorrendo uma realização congruente. É importante lembrar que a metáfora ideacional confere maior abstração ao discurso.

A metáfora interpessoal diz respeito ao uso de modos não congruentes para expressar modo ou modalidade. *Modalidade* refere-se aos recursos linguísticos usados para expressar modalidade (modalização) e obrigação (modulação), ao passo que *modo* refere-se ao tipo de oração (declarativa, imperativa ou interrogativa). A *metáfora de modalidade* é baseada na relação lógico-semântica de projeção e consiste na expressão de um significado modal através de orações projetadas com significado modal do tipo 'eu penso que', 'tenho certeza de que' ao invés de formas congruentes, como 'provavelmente', 'certamente'. Nesses casos, o significado de modalidade passa de implícito, realizado com os advérbios 'provavelmente' e 'certamente', a explícito, realizado com as orações projetadas (Sardinha, 2007, pp. 47-48)

A *metáfora de modo* pode ser definida, de acordo com Halliday (1994), como a realização de um ato de fala por meio de outro. Segundo o teórico, os três modos oracionais existentes no sistema linguístico, que correspondem aos atos de fala, podem ser realizados de forma direta, por meio de uma construção congruente. Dessa forma, o *modo declarativo* é realizado diretamente através de uma declaração; o *modo interrogativo* é realizado diretamente através de uma pergunta ou oferta; e o *modo imperativo*, por meio de um comando. Entretanto, a realização desses modos pode dar-se também indiretamente, por meio de uma

realização não congruente. Assim, o modo declarativo pode ser realizado por meio de uma pergunta ou comando; o modo interrogativo, por meio de um comando; e o modo imperativo, por meio de uma pergunta. A figura abaixo mostra a realização metafórica dos modos oracionais.

Figura 4: Tensão no sistema linguístico: metáfora interpessoal de modo



(Figura adaptada de Sardinha, 2007, p. 50)

A Figura 4 demonstra que há uma tensão no sistema linguístico, primeiro porque os tipos oracionais *declaração* e *oferta*, representados no estrato semântico, não possuem correspondentes no nível lexicogramatical, e segundo porque a função intrínseca do modo imperativo, comandar, está sendo realizada pelo modo interrogativo, por meio de uma pergunta. Da mesma forma, o modo declarativo, cuja função é declarar, está sendo realizado pelo modo interrogativo, através de uma pergunta e pelo modo imperativo, através de um comando. Por sua vez, o modo interrogativo, cuja função é perguntar ou oferecer, está sendo realizado pelo modo imperativo, através de um comando.

Para analisar um tema complexo como o tratado aqui, o não uso do modo subjuntivo nas orações condicionais eventuais com *se*, presume-se ser necessário conciliar conceitos do funcionalismo e da pragmática, dado que o fenômeno em estudo envolve aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Isto é, considera-se que analisar o fenômeno apenas de um ponto de vista é oferecer uma análise mais parcial.

3.3 Pragmática

A menção ao termo *pragmática* no âmbito dos estudos da semiótica é atribuída por Levinson (1983) a C. Morris, filósofo da linguagem que, preocupado em desenvolver uma ciência da semiótica, propôs que se estudassem três diferentes áreas de análise: a sintaxe, a semântica e a pragmática. Nesta tricotomia, a pragmática seria o estudo da relação dos signos com os seus intérpretes. A definição dada por Morris é apenas uma das diversas acepções do termo aventadas por Levinson, das quais se destacam as seguintes:

"A pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto que são gramaticalizadas ou codificadas na estrutura de uma língua" (id., ib., p. 9)

"A pragmática é o estudo de todos os aspectos do significado que não são capturados em uma teoria semântica" (id., ib., p. 12)

"A pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto que são básicas para uma descrição da compreensão da linguagem" (id., ib. p. 21)

"A pragmática é o estudo da capacidade dos usuários da língua de emparelhar sentenças com os contextos em que elas seriam adequadas" (id.,ib. p. 24)

"A pragmática é o estudo da dêixis (pelo menos em parte), da implicatura, da pressuposição, dos atos e fala e dos aspectos da estrutura discursiva" (id., ib. p. 27)

Estas definições de Pragmática são complementares e mostram quais os assuntos principais da teoria da pragmática. No entanto, Levinson (ib.) propõe uma delimitação do escopo da teoria, afirmando que o limite superior da pragmática é estabelecido pelas fronteiras da semântica e o limite inferior, pela sociolinguística e, talvez, pela psicolinguística (id.,ib., p. 27).

Leech (1983) redefine a Pragmática como o estudo do significado em relação às funções de fala, tendo a ver mais com o significado das proposições do que com o significado da sentença. Já Yule (1996) a define como o estudo do significado do falante, das inferências (ou de como conseguimos comunicar muito mais do que dizemos) e da expressão da distância relativa entre os participantes. Horn e Ward (2006) definem-na como a área que investiga "os aspectos do

significado dependentes do contexto que são sistematicamente abstraídos da construção do conteúdo e da forma lógica" (p. xi).

Compreende-se, portanto, que a Pragmática analisa o modo como as pessoas organizam o que querem dizer em função do(s) interlocutor(es), do lugar onde estão, do momento histórico em que se encontram e sob quais circunstâncias. Ela analisa, ainda, as inferências feitas pelos ouvintes para captarem a intenção do falante e examina o não dito através do que é dito (Lins, 2008).

Existem, para Fiorin (2006), duas correntes nos estudos da Pragmática: enquanto a primeira investiga o conjunto de conhecimentos que o falante deve ter para usar a língua adequadamente em diversas situações enunciativas, a segunda defende que aspectos pragmáticos estão codificados na estrutura linguística, que possui as instruções para os usos possíveis. Ao passo que a primeira se considera radicalmente separada da Semântica, a segunda vê-se ligada a esta, unindo o estudo do aspecto semântico e pragmático do sentido.

Segundo o autor, há fenômenos linguísticos não explicáveis sob o ponto de vista do conhecimento formal do sistema linguístico, mas apenas a partir do conhecimento acerca do uso da linguagem. Desse modo, a Pragmática investiga as regras que norteiam os usos linguísticos, não fazendo uma separação entre língua e sua utilização. O autor explica que há três domínios de fatos linguísticos que só são explicáveis a partir de uma dimensão pragmática dos estudos linguísticos, a saber: os fatos de enunciação, de inferência e de instrução. A *enunciação* é a realização linguística concreta. Certos enunciados³ não são referenciais, mas autorreferenciais, ou seja, só são compreendidos em função do ato de enunciar. Isso ocorre com os dêiticos, com os enunciados performativos, com o uso de conectores, com certas negações e com advérbios de enunciação. A *inferência* é a propriedade que os enunciados têm de implicar outros, sendo que algumas implicações vêm dos próprios enunciados; outras, do contexto em que são proferidos. A *instrução* refere-se à orientação sobre o modo de interpretar palavras do discurso como conectores, conjunções, preposições, advérbios (id.,ib., pp. 167-170).

³ Fiorin distingue frase de enunciado. A *frase* é um fato linguístico que possui uma estrutura sintática e um *significado*, mensurado a partir das suas palavras. Já o *enunciado* é uma frase mais as informações provenientes da situação de enunciação da frase e possui um *sentido*, o significado da frase mais as indicações contextuais e situacionais.

John Austin ([1962], 1990 apud Fiorin, 2006) e Paul Grice (1975 apud Fiorin, 2006) elaboraram trabalhos filosóficos sobre a linguagem que deram início aos estudos da Pragmática. Austin afirma que a linguagem não tem a função de descrever o mundo, mas de agir sobre ele. Grice diz que comunicamos mais do que o significado de um enunciado pode expressar, pois o enunciado também comunica conteúdos implícitos e obedece a princípios gerais de natureza racional.

Austin desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala, segundo a qual os atos linguísticos são performativos, visto que servem, como já dito, para fazer uma ação no mundo. De acordo com essa teoria, quando se diz algo, realizam-se, simultaneamente, três atos: o *ato locucionário*, que se realiza ao se enunciar uma frase; o *ato ilocucionário*, que se realiza na linguagem, ao se realizar um ato de fala (ex. advertência, pergunta); e o *ato perlocucionário*, que é o resultado do ato ilocucional (ex. persuadir) e que depende do contexto de enunciação. Um ato performativo não se realiza sem que haja as condições de felicidade (ou sucesso). Assim, para que seja de fato realizado, um enunciado performativo (i) deve ser realizado pelas pessoas e nas circunstâncias convenientes; (ii) deve ser enunciado corretamente pelos participantes, através da fórmula correta; e (iii) deve ser realizado integralmente pelos participantes.

Grice contribuiu para os estudos da Pragmática com as noções de implicatura e com o estabelecimento do princípio geral da comunicação, o *princípio da cooperação*. Observando a diferença entre o significado das frases e o sentido dos enunciados, Grice entende que a comunicação dos enunciados vai além de seus elementos linguísticos e que, por isso, é possível fazer inferências, as quais ele chama de *implicaturas*, a partir deles. As *implicaturas convencionais* advêm sempre da significação da(s) palavra(s) que compõe(m) a expressão linguística e as *implicaturas conversacionais* são desencadeadas por princípios da cooperação ou pelos conhecimentos prévios dos interlocutores.

Segundo o princípio da cooperação, os interlocutores devem contribuir para a conversa, no momento em que ocorre, respeitando o(s) objetivo(s) da troca verbal em que estão engajados. O princípio é compreendido através de quatro categorias gerais ou máximas conversacionais. As *máximas da quantidade* determinam que a contribuição contenha a quantidade de informação exigida e não mais informação do que é exigida. As *máximas da qualidade* impõem que a contribuição seja verdadeira; que não se afirme o que se considera falso ou coisas

de que não se tem provas. *A máxima da relação* determina que se fale apenas o que é pertinente ao assunto tratado. *As máximas de maneira* dizem respeito ao modo como se passa a informação e estabelece que se seja claro, não ambíguo, breve e que se fale ordenadamente. De acordo com Grice, algumas máximas podem ser desrespeitadas para se adequarem a outras, mais importantes, e a violação de algumas máximas produzem efeitos de sentido, como a ironia, que viola a máxima da qualidade.

Searle (1969 apud Fiorin, 2006) expandiu alguns pontos da teoria dos atos de fala, elaborando uma classificação aprofundada dos atos ilocucionais. Ele nota que os atos de fala são, muitas vezes, realizados indiretamente, através dos *atos de fala indiretos*, cujo valor explícito reveste um valor implícito. Quando, por exemplo, alguém que está atrasado pede desculpas, dizendo "O trânsito está horrível", o ato de fala de desculpar-se foi realizado indiretamente pela afirmativa e não por um pedido de desculpa explícito - "Desculpe-me pelo atraso". Os estudos dos atos de fala indiretos deram início a duas correntes de estudo dos atos de fala, a clássica e a interacionista. Enquanto a primeira considera os atos de fala universais, presentes de igual modo em qualquer língua, e os vê como isolados uns dos outros, a segunda considera que estes variam de cultura para cultura, realizados diferentemente em cada uma, e os vê como um encadeamento de atos (por exemplo, a um pedido segue-se uma recusa ou uma aceitação). De acordo com a corrente interacionista, os atos de fala têm consequências nas relações interpessoais porque o dizer é *fazer* fazer (Orecchioni (1998) apud Fiorin, 2006), isto é, um ato de fala é um fazer que interfere no fazer do outro. Essa concepção dos atos de fala levou os estudiosos da pragmática a estudarem a polidez linguística.

3.3.1 Pragmática Intercultural

É sabido que, nos conceitos da Pragmática apresentados concisamente acima, está implícita a noção de que são universais, isto é, de que se realizam do mesmo modo em todas as línguas. Em reação a esse universalismo, surgiu, a partir dos anos 1980, a Pragmática Intercultural. Segundo essa vertente, a realização

desses conceitos em outras línguas difere dos exemplos em língua inglesa elencados nos trabalhos clássicos de Pragmática (Yule, 1996). Wierzbicka (1991), importante pesquisadora da Pragmática Intercultural, critica o etnocentrismo pressuposto na Teoria dos Atos de Fala e no princípio da cooperação:

(...) teorias dos Atos de Fala e da lógica conversacional associadas com ou seguidoras dos trabalhos de filósofos como John Searle (1969, 1979) e Paul Grice (1975, 1981) tendem a assumir que formas características de falar do homem branco americano tradicional representa 'a forma normal de falar dos humanos', e que, à exceção de pequenas variações, podem ser tidas como as mesmas que prevalecem em outras sociedades (p. 66).

Hoje, portanto, com relação aos atos de fala, é consensual a ideia de que sua realização e interpretação não são universais e dependem da percepção de valores culturais para serem realizados de um modo ou de outro; portanto, são variáveis de cultura para cultura. O respeito às máximas conversacionais de Grice também parece associar-se a fatores culturais, como opina Palmer (1996, apud Matos, 2008):

As máximas concretas de Grice só parecem válidas como descrições das normas conversacionais dos círculos mais sóbrios da sociedade ocidental. [...] Talvez o melhor seja pensar que as máximas de Grice definem um mundo simplificado de intercâmbio de informações que os anglofalantes evocam somente em circunstâncias especiais, como a conversação intelectual (p. 399).

Assim, as máximas conversacionais são definidas dentro de cada cultura. Yule (1996) afirma que o princípio da cooperação pressupõe um *background* cultural de uma classe média anglo-americana e que em muitas culturas podem ser encontrados exemplos em que há despreferência pelo respeito às máximas de quantidade e qualidade.

O cálculo inferencial de implicaturas também é apontado como operante em um quadro em que a cultura interfere de forma determinante. Sacristán (apud Matos, 2008) afirma que

[...] Quanto mais afastado da literalidade estiver um implícito e, conseqüentemente, mais relativa ao contexto situacional seja a operação que nos permite derivá-lo, mais variabilidade cultural apresentará, e mais comuns serão os erros em situações de contato (como seriam as conversações exolíngues e as traduções) (p. 400).

Outra contribuição, para além daquelas apontadas acima, para o entendimento do que é a Pragmática Intercultural pode ser dada através da

perspectiva de Kecskes (2016). Para o autor, a Pragmática Intercultural tem uma perspectiva multilinguista, sociocognitiva e discursiva e enfatiza não só desentendimentos na comunicação intercultural, mas também o contexto situacional anterior e atual e a base comum de conhecimento que os participantes constroem para alcançar o sucesso nesse tipo de comunicação.

3.3.1.1

Intimidade, proximidade e informalidade

Wierzbicka (1991), em sua obra *Cross-cultural pragmatics: the semantics of human interaction*, analisa os principais conceitos usados nos estudos interculturais bem como investiga e compara comportamentos linguísticos de diferentes culturas. Ela sustenta a ideia de que deve haver, nessa área de estudos, conceitos universais (definidos da mesma forma por diferentes pesquisadores) e propõe a análise de termos usados por pesquisadores da Pragmática, tais como *indiretividade*, *diretividade*, *sinceridade*, *solidariedade* etc., pois eles têm uma carga cultural etnocêntrica, conforme esclarece a autora:

Eu concluo a partir disso que rótulos desse tipo são simplesmente inúteis na elucidação de diferenças culturais. Rótulos desse tipo são semitécnicos e obscuros ao mesmo tempo. São usados diferentemente por diversos escritores porque eles não são autoexplicativos. Eles são tão anglocêntricos que não têm nenhum equivalente em outras línguas. [...] Parece óbvio que se queremos comparar diferentes culturas em termos de seus valores básicos, [...] devemos tentar fazer isso não em termos de nossos próprios artefatos conceituais [...] mas em termos de conceitos que podem ser relevantes para as outras culturas também [...] (id.,ib., p. 71).

Com o objetivo de romper com a inconsistência na definição dos conceitos dessa área de estudos, Wierzbicka elabora, em termos de primitivos semânticos universais, fórmulas semânticas precisas e autoexplicativas para definir os referidos conceitos.

3.3.1.1.1

Intimidade vs. ausência de intimidade

Intimidade é um valor social cuja prioridade é dada de modo diferente nas diversas culturas, como mostram alguns estudos citados por Wierzbicka (1991).

Segundo a pesquisadora, esses estudos apontam, equivocadamente, no seu ponto de vista, que a cultura americana prioriza a intimidade, tendo em relação a este valor uma grande sensibilidade, enquanto as culturas japonesa e coreana priorizam outros valores, como o respeito ao *status* social.

Wierzbicka redefine concisamente o conceito de intimidade como:

X pensa: Eu sinto algo
 Eu quero dizer isso a alguém
 Eu posso dizer isso a Y
 Eu sinto algo bom em relação a Y
 Y sente algo bom em relação a mim
 Eu posso dizer isso a Y por causa disso
 Eu não posso dizer isso a outras pessoas
 X diz isso a Y por causa disso

(Wierzbicka, 1991, p. 105).

Como se observa, para redefinir os conceitos em questão, a autora usa o que chama de conceitos simples e universais, ou quase universais, tais como *querer, dizer, saber/conhecer, pensar, bom e mau (want, say, know, think, good and bad* - id. ib., p. 72) e frases com estrutura sintática simples.

Intimidade tem a ver, portanto, com uma relação especial entre duas pessoas e com a prontidão que têm os participantes de revelar aspectos de sua personalidade e de seu mundo interior omitidos para outras pessoas, prontidão que se relaciona com confiança mútua e bons sentimentos (i.e., revelar aspectos da personalidade a um psicólogo não configura *intimidade*). Dessa forma, revelar-se (*self-disclosure*), outro aspecto do conceito tratado, está relacionado com a *intimidade* apenas na medida em que há afeição entre falante e ouvinte. Além disso, toques e apelidos, por serem usados indiscriminadamente, sem seletividade, na maioria dos casos, não implicam, necessariamente, em afeição e, por isso, não se relacionam diretamente com *intimidade*.

3.3.1.1.2

Proximidade vs. distanciamento

Wierzbicka relaciona o conceito de *proximidade* ao de *intimidade* e, por oposição, ao de *distanciamento*, nenhum deles tendo sido bem definido, segundo a autora, que critica o uso do conceito de *distanciamento* feito por Brown e

Levinson, em sua famosa obra sobre polidez, por não ter sido sequer definido e por ter sido tratado por eles como autoexplicativo. A autora então define proximidade como:

proximidade ('X e Y são próximos um do outro')
 X e Y sabem: nós sentimos algo bom em relação um ao outro
 por isso cada um pensa do outro:
 eu quero saber o que essa pessoa sente/pensa/quer
 eu quero que essa pessoa saiba o que penso/sinto/quero
 por isso cada um deles pode saber o que o outro sente/pensa/quer enquanto outras pessoas não podem
 (Wierzbicka, 1991, p. 109).

A *proximidade*, assim como a *intimidade*, está relacionada com a afeição; porém, diferentemente desta, está ligada, também, ao conhecimento mútuo. Duas pessoas têm proximidade quando, além de terem bons sentimentos uma pela outra, conhecem-se muito bem e há muito tempo e confiam uma na outra. Outro aspecto da proximidade é o fato de ela permitir que duas pessoas próximas reconheçam empaticamente o que estão sentindo/pensando/querendo, sem necessidade de revelações verbais.

Ao tentar ser próxima de outra, uma pessoa teria, segundo a autora, a seguinte atitude:

Eu quero que você saiba o que sinto/penso/quero
 Eu sei que você pode sentir algo ruim por causa disso
 Eu sei que eu posso sentir algo ruim por causa disso
 Eu quero que você saiba disso
 porque eu sei que você sente algo bom em relação a mim
 Eu acho que você sabe que eu sinto algo bom em relação a você
 (Wierzbicka, 1991, p. 110).

A partir das linhas 2 e 3 da definição acima, nota-se que a proximidade pode gerar conflitos nos relacionamentos, motivo pelo qual muitas culturas não a encorajam da mesma maneira por valorizarem, ao invés da proximidade, a promoção da harmonia.

3.3.1.1.3

Informalidade vs. formalidade

Para esclarecer este conceito, por vezes confundido com *intimidade* e *proximidade*, Wierzbicka (1991) toma como exemplo a saudação de uma

recepcionista australiana do cartão de crédito *American Express*, em que usa apenas o primeiro nome, saudação pouco usual em língua inglesa, na época em que a autora desenvolveu sua obra. Segundo a autora, a atitude da atendente seria interpretada equivocadamente como expressão de intimidade e proximidade; no entanto, a atendente não tem uma relação especial com o cliente, anônimo, e nem o conhece. Dessa forma, a recepcionista expressa, como julga a autora, *informalidade*, ou seja, ela recusa intencionalmente qualquer demonstração excessiva de respeito e formalidade e quer promover a familiaridade, amizade e igualdade na interação.

Uma pessoa que requer *informalidade* para a interação, como a atendente, tem sua atitude definida nos seguintes termos:

- (a) você não tem que 'mostrar respeito excessivo por mim'
- (b) Eu quero que você fale comigo como as pessoas falam quando elas pensam:
- (c) nós nos conhecemos muito bem
- (d) nós sentimos algo bom um pelo outro
- (e) nós podemos falar um com o outro da mesma maneira

(Wierzbicka, 1991, p. 112).

O componente (b) desta definição mostra que, para haver *informalidade*, não é preciso que haja *intimidade* e *proximidade*, mas é necessário que a pessoa *haja como se* houvesse *intimidade* e *proximidade*, demonstrando familiaridade, bons sentimentos e simetria. Assim, a informalidade resulta de uma decisão dos participantes em demonstrar informalidade (ou agir informalmente), mesmo que não tenham se conhecido e, em virtude disso, não tenham sido estabelecidos vínculos afetivos entre eles.

A autora opõe o conceito tratado ao de *formalidade*, cuja definição é dada com o acréscimo do seguinte componente à definição acima:

- (f) Eu sei: as pessoas nem sempre podem falar assim com outras pessoas

(idem).

Embora a *informalidade* esteja relacionada ao igualitarismo, à formalidade e à hierarquia, essa relação nem sempre é direta e deve ser compreendida dentro das normas e valores de cada sociedade.

3.4

Conceitos da análise

Na análise empreendida neste trabalho, não serão utilizados todos os conceitos tratados neste capítulo. Com relação aos conceitos do funcionalismo, será utilizado apenas o conceito amplo de metáfora gramatical, não interessando a que subsistema corresponde o processo metafórico analisado. Ou seja, não se usarão os conceitos específicos de metáfora gramatical ideacional e interpessoal, porque, neste trabalho, a intenção não é analisar propriamente os tipos de metáfora gramatical, mas, antes, o objetivo é examinar algumas estruturas, considerando apenas que algumas podem ser vistas como uma metáfora gramatical, que, portanto, se associam a uma forma congruente, não metafórica. Quanto aos conceitos da teoria pragmática, serão utilizados apenas aqueles relativos à Pragmática Intercultural que foram redefinidos por Wierzbicka (1991), a saber: intimidade, proximidade e informalidade e seus respectivos opostos – ausência de intimidade, distanciamento e formalidade.

Não contemplado por Wierzbicka, também será empregado o conceito de hierarquia, que se mostrou importante para a pesquisa. Entende-se por hierarquia a relação assimétrica entre dois participantes de uma interação por haver diferença de poder entre eles.

3.5

Metodologia

Para testar as hipóteses deste estudo, foi elaborado um questionário para verificar o fenômeno e, a partir dos dados obtidos com a aplicação desse questionário, construiu-se uma escala de congruência.

3.5.1

Constituição do *corpus* e coleta de dados

O questionário elaborado constitui-se de três partes, a saber: uma mensagem para o informante, uma ficha de identificação e uma ficha que

apresenta as situações e as opções para escolha. Segue, abaixo, o questionário desenvolvido para coletar dados para esta pesquisa.

Prezado informante,

- Essa pesquisa tem o objetivo de investigar o que os brasileiros falam em algumas situações. Sua participação é muito importante; sem ela, não teremos dados para a análise.
- Antes de responder, imagine-se nas situações.
- Não há respostas erradas; portanto, tente ser o mais realista possível, escolhendo as opções que você usaria ou não, de fato, em cada situação.
- Seus dados pessoais não serão divulgados.

MUITO OBRIGADA!

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Sexo:	() Feminino () Masculino
Faixa etária:	() 20 - 30 anos () 31 - 40 anos () 41 - 50 anos () 51 - 60 anos () Mais de 60 anos
País de origem:	Brasil
Estado em que morou por mais tempo:	→
Profissão:	→
Grau de instrução:	() Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Outro →

Em cada pergunta, marque um X na opção que você considerar mais apropriada.

1. Uma nova colega de trabalho comenta, na hora do cafezinho, que vai experimentar um novo tratamento para emagrecer. Você acredita que o tratamento faz a pessoa engordar após o término e tenta alertá-la. **Atenção:** vocês se conhecem mas não têm intimidade.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ Vai que você gasta dinheiro com o tratamento e ganha mais peso depois.
2. ☐ E se você gastar dinheiro com o tratamento e ganhar mais peso depois?
3. ☐ Você gasta dinheiro com o tratamento e ganha mais peso depois. E aí?
4. ☐ E se você gasta dinheiro com o tratamento e ganha mais peso depois?

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

Por que não?

- ☐ Muito formal
- ☐ Muito informal
- ☐ Muito direta
- ☐ Muito indireta

2. Em uma loja de roupas de festa, uma pessoa quer comprar um terno em promoção para outra, que não está na loja, e pede sua opinião. Você julga a compra arriscada, pois não há troca para peças da liquidação. **Atenção:** vocês não se conhecem.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ E se você comprar o terno e ele não ficar bom na pessoa?
2. ☐ Você compra o terno e ele não fica bom na pessoa. E aí?
3. ☐ E se você compra o terno e ele não fica bom na pessoa?
4. ☐ Vai que você compra o terno e ele não fica bom na pessoa.

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

Por que não?

- ☐ Muito formal
- ☐ Muito informal
- ☐ Muito direta
- ☐ Muito indireta

3. Em um dia chuvoso, você encontra seu vizinho no elevador. Ele comenta que esqueceu o guarda-chuva. Você tem a impressão de que vai chover e acha melhor ele voltar para buscá-lo. **Atenção:** vocês se conhecem e têm alguma intimidade.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ E se você deixa o guarda-chuva e chove?
2. ☐ Você deixa o guarda-chuva e chove. E aí?
3. ☐ E se você deixar o guarda-chuva e chover?
4. ☐ Vai que você deixa o guarda-chuva e chove.

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

Por que não?

- ☐ Muito formal
- ☐ Muito informal
- ☐ Muito direta
- ☐ Muito indireta

4. Você e sua sogra estão no shopping porque ela quer comprar um presente para seu(sua) marido(esposa), filho(a) dela. Você acha que ele(ela) já tem uma blusa muito parecida com a que sua sogra cismou em levar e acha melhor ela comprar outra. **Atenção:** vocês se conhecem e são pessoas muito próximas.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ Você compra a blusa e depois percebe que ele(ela) tem uma muito parecida. E aí?
2. ☐ E se você compra a blusa e depois percebe que ele(ela) tem uma muito parecida?
3. ☐ Vai que você compra a blusa e depois percebe que ele(ela) tem uma muito parecida.
4. ☐ E se você comprar a blusa e depois perceber que ele(ela) tem uma muito parecida?

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

Por que não?

- ☐ Muito formal
- ☐ Muito informal
- ☐ Muito direta
- ☐ Muito indireta

5. Sua colega de trabalho, que quer ser promovida, acha uma boa ideia convidar o gerente para jantar na casa dela. Você, no entanto, supõe que essa não seja uma

boa ideia e tenta mostrar-lhe isso. **Atenção:** vocês se conhecem e têm alguma intimidade.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ Vai que você convida o gerente e ele pensa que é outra coisa.
2. ☐ E se você convidar o gerente e ele pensar que é outra coisa?
3. ☐ Você convida o gerente e ele pensa que é outra coisa. E aí?
4. ☐ E se você convida o gerente e ele pensa que é outra coisa?

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

Por que não?

- ☐ Muito formal
- ☐ Muito informal
- ☐ Muito direta
- ☐ Muito indireta

6. Sua cunhada, que mora no exterior, quer mandar uma roupa para você por seu irmão. Você prefere um perfume, mas ela insiste na roupa. Você tenta dizer a ela que é difícil uma roupa agradar-lhe. **Atenção:** vocês se conhecem mas não têm intimidade.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ E se você manda uma roupa e ela não fica boa em mim?
2. ☐ Vai que você manda uma roupa e ela não fica boa em mim.
3. ☐ E se você mandar uma roupa e ela não ficar boa em mim?
4. ☐ Você manda uma roupa e ela não fica boa em mim. E aí?

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4

Por que não?

- ☐ Muito formal
- ☐ Muito informal
- ☐ Muito direta
- ☐ Muito indireta

7. No trabalho, você é supervisor(a) de uma grande equipe. Seu novo chefe pede sua opinião a respeito de promover um funcionário que não contribui com a equipe. Ele discorda e quer promovê-lo. **Atenção:** vocês não se conhecem.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. ☐ Vai que você promove o funcionário e ele continua a mesma coisa.

2. () E se você promove o funcionário e ele continua a mesma coisa?
3. () Você promove o funcionário e ele continua a mesma coisa. E aí?
4. () E se você promover o funcionário e ele continuar a mesma coisa?

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

() 1 () 2 () 3 () 4

Por que não?

- () Muito formal
- () Muito informal
- () Muito direta
- () Muito indireta

8. Sua amiga quer cortar o cabelo bem curto. Você presume que o corte ficará ruim, pois, na sua opinião, o rosto dela não combina com cabelo curto. **Atenção:** vocês se conhecem e são pessoas muito próximas.

O que você provavelmente diria nessa situação?

1. () E se você corta o cabelo bem curto e não gosta depois?
2. () Você corta o cabelo bem curto e não gosta depois. E aí?
3. () E se você cortar o cabelo bem curto e não gostar depois?
4. () Vai que você corta o cabelo bem curto e não gosta depois.

Qual alternativa você provavelmente não diria nessa situação?

() 1 () 2 () 3 () 4

Por que não?

- () Muito formal
- () Muito informal
- () Muito direta
- () Muito indireta

OBRIGADA!

Como pode ser visto acima, a disposição do questionário dá-se da seguinte forma: apresenta-se, primeiramente, uma mensagem para o informante, explicando alguns pontos importantes, dentre os quais o objetivo do questionário – verificar o que os brasileiros falam em algumas situações e o fato de não haver respostas erradas para as perguntas, informação reforçada pela autora no momento

da aplicação; em seguida, mostra-se uma ficha de identificação, cujas informações serão detalhadas abaixo; e, por fim, apresentam-se as oito situações e, para cada uma delas, quatro opções de estruturas, cuja forma, descrita detalhadamente no quadro abaixo, mantém-se em todas as situações.

Tabela 2: Detalhamento da forma das estruturas analisadas

Estrutura	Forma
SUB	expressão <i>e se</i> + sujeito + verbo no futuro do subjuntivo + complemento + conjunção <i>e</i> + sujeito (advérbio) + verbo no futuro do subjuntivo + (complemento ou adjunto) Ex.: <i>E se você cortar o cabelo bem curto e não gostar depois?</i>
ESE	expressão <i>e se</i> + sujeito + verbo no presente do indicativo + complemento + conjunção <i>e</i> + sujeito + (advérbio) + verbo no presente do indicativo + (complemento ou adjunto) Ex.: <i>E se você promove o funcionário e ele continua a mesma coisa?</i>
EAI	sujeito + verbo no presente do indicativo + complemento + conjunção <i>e</i> + sujeito + (advérbio) + verbo no presente do indicativo + complemento (ou adjunto) + expressão <i>e aí?</i> Ex.: <i>Você manda uma roupa e ela não fica boa em mim. E aí?</i>
VQU	expressão <i>vai que</i> + sujeito + verbo no presente do indicativo + complemento + conjunção <i>e</i> + sujeito + (advérbio) + verbo no presente do indicativo + (complemento) Ex.: <i>Vai que você deixa o guarda-chuva e chove.</i>

Diante dessas opções, os informantes deveriam, em primeiro lugar, selecionar a estrutura que provavelmente diriam naquela situação; em segundo lugar, selecionar outra estrutura, que provavelmente *não* diriam; e, em terceiro, responder *por que* não a diriam, informando se a estrutura escolhida no segundo item era muito direta, muito indireta, muito formal ou muito informal. As estruturas testadas são bastante complexas, envolvendo coordenação dentro de subordinação. Optou-se por essa forma de estrutura para tornar menos explícito para o informante o que estava sendo testado. Tomem-se como exemplos as opções da S1:

E se você gastar dinheiro com o tratamento e ganhar mais peso depois?
E se você gasta dinheiro com o tratamento e ganha mais peso depois?
Você gasta dinheiro com o tratamento e ganha mais peso depois. E aí?
Vai que você gasta dinheiro com o tratamento e ganha mais peso depois.

Estão implícitas, em cada opção, orações estruturalmente mais simples, enfocadas neste trabalho:

*E se você ganhar mais peso depois?
 E se você ganha mais peso depois?
 Você ganha mais peso depois. E aí?
 Vai que você ganha mais peso depois.*

No questionário, em cada situação, os informantes são alertados sobre o tipo de relação existente entre os participantes da interação fictícia. Foram testados quatro tipos de relações e, para cada tipo, foram criadas duas situações, como exposto no quadro abaixo:

Tabela 3: Informações do questionário sobre a relação entre os participantes

Informações sobre a relação entre os participantes	Situações
a. Pessoas desconhecidas	S2 S7
b. Pessoas conhecidas, mas sem intimidade	S1 S6
c. Pessoas conhecidas e com alguma intimidade	S3 S5
d. Pessoas conhecidas e muito próximas	S4 S8

A Tabela 3 mostra qual é o grau de envolvimento e conhecimento que têm os participantes em cada situação. Considerando que as situações foram construídas tendo em conta estes quatro pares opositivos de conceitos: *proximidade/distanciamento*; *intimidade/ausência de intimidade*; *formalidade/informalidade*; e *hierarquia/ausência de hierarquia*, nas situações com participantes desconhecidos ou conhecidos mas sem intimidade – itens a. e b. da tabela –, pressupõe-se a presença das variáveis distanciamento, ausência de intimidade e formalidade; nas situações com participantes conhecidos e com alguma intimidade ou conhecidos e muito próximos, estão envolvidas, implicitamente, as variáveis proximidade, intimidade e informalidade. A variável hierarquia faz parte apenas da S7 e da S4; nas demais, está presente também a variável ausência de hierarquia. O quadro abaixo mostra todas as variáveis testadas em cada situação.

Tabela 4: Relação das variáveis presentes e ausentes em cada situação

Variáveis testadas	Situações							
	S2	S7	S1	S6	S3	S5	S4	S8
distanciamento	X	X	X	X	-	-	-	-
proximidade	-	-	-	-	X	X	X	X
intimidade	-	-	-	-	X	X	X	X
ausência de intimidade	X	X	X	X	-	-	-	-
formalidade	X	X	X	X	-	-	-	-
informalidade	-	-	-	-	X	X	X	X
hierarquia	-	X	-	-	-	-	X	-
ausência de hierarquia	X	-	X	X	X	X	-	X

A Tabela 4 contém as variáveis presentes nas oito situações do questionário. S2, S7, S1 e S6 são situações de nenhuma ou de pouca familiaridade entre os participantes, principalmente a S7, que envolve o fator hierarquia, além dos fatores distanciamento, ausência de intimidade e formalidade, que conferem distanciamento entre os participantes. S3, S5, S4 e S8 são situações de alguma ou muita familiaridade entre os participantes, dado que incluem os fatores proximidade, intimidade e informalidade. A hierarquia está presente apenas em S7 e S4 por serem as situações que apresentam relação de trabalho e diferença de geração entre os participantes.

O objetivo do questionário era verificar se os informantes escolheriam as estruturas mais informais em situações de maior familiaridade entre os participantes e a estrutura mais formal – com o futuro simples do subjuntivo – em situações de menor familiaridade. Buscou-se averiguar também se os informantes julgavam as opções que *não* diriam muito (in)formais ou muito (in)diretas; porém, descartou-se essa informação em virtude de, no momento da aplicação do questionário, ter-se observado a dificuldade da maioria dos informantes em decidirem se não falaria uma estrutura escolhida na segunda pergunta por ser (in)formal ou (in)direta. Constatou-se também que uma estrutura pode ser tanto (in)formal quanto (in)direta e que, portanto, não é adequado levar o informante a escolher apenas uma opção. A dificuldade de decisão dos informantes, entretanto, pode revelar que o peso de formalidade e de informalidade ou de diretividade e de indiretividade dessas estruturas varia de acordo com o contexto, evidenciando a

versatilidade dessas estruturas e a importância de serem ensinadas aos aprendizes de PLE.

É importante esclarecer, ainda, que outras formas de tratamento mais formais, tais como *senhor*, *senhora*, ou mais informais, como *amigo(a)*, *cara*, *menino(a)*, dentre outras, poderiam exercer maior influência na decisão dos informantes com relação ao grau de formalidade ou de informalidade adequado à situação; por isso, foi adotada apenas a forma de tratamento neutra *ocê*.

Dada a especificidade dos pontos analisados neste trabalho, optou-se por um questionário fechado, uma forma razoavelmente satisfatória de coletar dados de modo direcionado para testar o ponto aqui estudado: a escolha pelas estruturas alternativas e pela estrutura condicional eventual com *se* e com o futuro do subjuntivo.

3.5.2 Os informantes

O questionário possui uma ficha inicial que os participantes deveriam preencher com seus dados pessoais. Pelo tipo de fenômeno analisado aqui, o questionário foi aplicado a informantes com o português como língua materna e que moram no Rio de Janeiro ou que moraram nesta cidade a maior parte de suas vidas. Assim, o questionário foi distribuído a vinte informantes de diferentes graus de instrução, desde o ensino médio completo até a pós-graduação; de diferentes faixas etárias e profissões. O quadro abaixo reúne as informações sobre os informantes.

Tabela 5: Relação dos dados pessoais dos informantes

	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade
I1	f	20-30	estudante	superior incompleto
I2	f	31-40	auxiliar administrativo	médio completo
I3	f	20-30	professora	superior completo
I4	m	31-40	vendedor	superior incompleto
I5	f	31-40	engenheira	superior completo
I6	m	31-40	engenheiro	pós-graduação
I7	m	31-40	analista de rede	superior incompleto
I8	f	20-30	estudante	superior incompleto
I9	m	31-40	profissional autônomo	superior incompleto

I10	f	20-30	estudante	superior completo
I11	m	31-40	funcionário público	médio completo
I12	m	31-40	professor	pós-graduação
I13	f	41-50	comerciante	superior completo
I14	f	20-30	estudante	superior completo
I15	f	31-40	professora	pós-graduação
I16	f	20-30	assistente administrativo	superior completo
I17	f	41-50	comerciante	médio completo
I18	f	20-30	funcionária pública	superior completo
I19	f	20-30	professora	superior completo
I20	m	31-40	técnico em eletrônica	médio completo

Na Tabela 5, podem ser observados os dados pessoais fornecidos pelos informantes. Quanto à escolaridade, observa-se que há um equilíbrio, pois metade deles tem ensino superior completo ou pós-graduação e a outra metade tem ensino superior incompleto ou ensino médio completo. Com relação à profissão, os informantes exercem atividades variadas nas quais não devem, necessariamente, fazer grandes reflexões sobre o uso da linguagem. Esses informantes, portanto, podem representar os falantes comuns do português do Rio de Janeiro.

3.5.3 Tipo de pesquisa

A pesquisa empreendida aqui é de natureza qualitativa, pois recorre à observação e à reflexão sobre os dados coletados através da aplicação deste questionário a falantes do português oriundos do Rio de Janeiro. No capítulo a seguir, apresentam-se gráficos com vistas apenas a uma melhor visualização das respostas coletadas; porém, o foco da análise é, basicamente, compreender em que contextos as estruturas em questão são empregadas.

3.5.4 Tratamento dos dados

Os dados obtidos foram tabulados no quadro a seguir, que mostra as respostas dos vinte informantes para as três perguntas referentes às oito situações do questionário. As situações não estão dispostas na ordem numérica crescente, mas na seguinte ordem: as situações de maior distanciamento entre os

participantes aparecem primeiro e, depois, aparecem as de menor distanciamento, de modo que a S7 é a situação de maior distanciamento entre eles e a S8, de maior proximidade. As opções escolhidas foram abreviadas para uma melhor visualização dos dados (cf. Lista de Abreviações).

Tabela 6: Tabulação dos dados obtidos

	I1	I2	I3	I4	I5	I6	I7	I8	I9	I10	I11	I12	I13	I14	I15	I16	I17	I18	I19	I20
S2	SUB	VQU	VQU	VQU	SUB	SUB	SUB	VQU	SUB	SUB	VQU	SUB	SUB	ESE	SUB	VQU	ESE	SUB	VQU	SUB
	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	SUB	ESE	EAI	EAI	ESE	EAI	EAI	VQU	EAI	VQU	EAI	EAI	EAI
	MD	MD	MD	MI	MI	MD	MD	MF	MD	MI	MI	MI	MI	MD	MI	MD	MD	MD	MD	MD
S7	VQU	SUB	SUB	ESE	SUB	SUB	SUB	ESE	SUB	SUB	SUB	SUB	SUB	SUB	SUB	ESE	VQU	SUB	SUB	EAI
	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	VQU	EAI	EAI	VQU	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	VQU	EAI	EAI	EAI	EAI	SUB
	MD	MI	MI	MIN	MI	MD	MD	MI	MD	MI	MD	MD	MIN	MD	MI	MI	MIN	MD	MD	MF
S1	SUB	EAI	SUB	ESE	SUB	SUB	SUB	VQU	VQU	SUB	VQU	VQU	ESE	VQU	VQU	SUB	ESE	SUB	ESE	VQU
	EAI	VQU	EAI	VQU	EAI	VQU	EAI	EAI	SUB	EAI	EAI	ESE	EAI	EAI	EAI	VQU	VQU	EAI	EAI	SUB
	MD	MF	MD	MD	MI	MI	MD	MF	MD	MI	MD	MI	MI	MD	MI	MIN	MD	MD	MD	MD
S6	VQU	SUB	SUB	SUB	SUB	SUB	SUB	VQU	ESE	SUB	ESE	VQU	SUB	VQU	SUB	SUB	EAI	VQU	SUB	SUB
	EAI	VQU	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	VQU	EAI	EAI	EAI
	MD	MD	MD	MIN	MI	MD	MD	MI	MD	MD	MD	MIN	MI	MD	MI	MD	MD	MD	MD	MD
S3	ESE	EAI	VQU	VQU	SUB	SUB	SUB	VQU	SUB	VQU	VQU	SUB	SUB	VQU	SUB	VQU	VQU	SUB	ESE	SUB
	VQU	VQU	EAI	EAI	EAI	VQU	EAI	EAI	VQU	SUB	EAI	ESE	EAI	SUB	EAI	SUB	EAI	EAI	EAI	EAI
	MIN	MIN	MD	MI	MI	MD	MD	MI	MD	MF	MI	MI	MI	MF	MI	MF	MI	MF	MD	MF
S5	SUB	SUB	ESE	ESE	VQU	SUB	SUB	VQU	VQU	EAI	SUB	VQU	SUB	ESE	VQU	VQU	VQU	SUB	SUB	EAI
	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	VQU	EAI	EAI	SUB	SUB	EAI	SUB	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	ESE
	MD	MD	MD	MIN	MI	MD	MD	MI	MIN	MF	MD	MIN	MI	MD	MI	MIN	MI	MD	MD	MIN
S4	EAI	ESE	VQU	EAI	VQU	SUB	SUB	SUB	SUB	VQU	ESE	VQU	SUB	EAI	SUB	EAI	VQU	SUB	SUB	SUB
	VQU	VQU	EAI	SUB	EAI	VQU	EAI	EAI	EAI	EAI	EAI	ESE	EAI	SUB	EAI	ESE	EAI	VQU	EAI	EAI
	MIN	MI	MD	MIN	MIN	MD	MD	MD	MD	MD	MD	MI	MI	MF	MI	MIN	MI	MI	MD	MD
S8	EAI	VQU	ESE	VQU	VQU	SUB	SUB	ESE	SUB	EAI	EAI	VQU	ESE	EAI	SUB	EAI	VQU	SUB	EAI	SUB
	VQU	SUB	EAI	EAI	SUB	EAI	EAI	VQU	VQU	SUB	VQU	EAI	EAI	SUB	EAI	SUB	EAI	EAI	VQU	EAI
	MIN	MIN	MIN	MIN	MF	MI	MD	MD	MD	MF	MF	MIN	MI	MF	MI	MF	MI	MD	MIN	MD

